LEI Nº 2556/2012

Dispõe sobre autorização para parcelamento de Tributos Municipais e dá outras providências.

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES, Prefeito Municipal de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao parcelamento de Tributos Municipais inscritos na dívida ativa do município até o exercício de 2011.

§ 1º - O parcelamento de que trata este artigo poderá ser feito em até 60 (sessenta) parcelas mensais, devidamente acrescidas de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

§ 2º - As parcelas de que trata o parágrafo anterior, excepcionada a situação que trata o § 4º deste artigo, não poderão ter valor inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 3º - Assinado o “termo de confissão e parcelamento de débito” caso o contribuinte atrase o pagamento de alguma (s) parcela (s), sobre esta (s) incidirá (ão) multa de 2% (dois por cento), mais atualização monetária e juros de mora de 1 % ao mês.

§ 4º - No caso de pessoas notadamente carentes, o Poder Executivo poderá mediante prévio parecer da Assistente Social do Município, estender o parcelamento de que trata este artigo de forma a não onerar mais de 10% (dez por cento) da renda familiar do contribuinte.

§ 5º - A atualização de que trata este artigo estende-se aos débitos que já estejam sendo executados em juízo, como também aqueles que não foram objeto de ação judicial.

Art. 2º - Havendo interesse pelo parcelamento, o contribuinte deverá requerer junto a Prefeitura Municipal a concessão do benefício, especificando em quantas parcelas pretender quitar o débito.

§ 1º - Uma vez deferido o parcelamento pela Administração Municipal, por intermédio do Responsável pelo Setor de Tributação, o contribuinte deverá ser notificado para a assinatura do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito.

§ 2º - É permitido ao Responsável pelo Setor de Tributação, mediante a análise das circunstâncias e por decisão fundamentada, tanto o indeferimento do pedido, quanto o deferimento em quantidade menor de parcelas do que o requerido.

§ 3º - Uma vez feito e assinado o Termo de Confissão e Parcelamento de Débito, na hipótese do débito já estar ajuizado, deverá ser encaminhado, pela Procuradoria Jurídica do Município, fotocópia do respectivo termo aos autos do processo, requerendo a suspensão do feito até o pagamento da última parcela avençada, nos termos desta Lei ou até provocação do Município.

§ 4º - O pedido de parcelamento de débitos deverá abranger todos os débitos inscritos na respectiva inscrição cadastral, ajuizados ou não.

§ 5º - Caso exista ação de execução fiscal ajuizada, o contribuinte deverá quando do pagamento da primeira parcela do parcelamento realizado, recolher, também, as custas processuais, honorários advocatícios e eventuais outras despesas processuais.

Art. 3º - O contribuinte inadimplente com o parcelamento de tributos por 90 (noventa) dias consecutivos ou mais, será excluído do parcelamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte do parcelamento de Tributos Municipais, acarretará a imediata exigibilidade do valor remanescente dos débitos consolidados, com a incidência dos acréscimos previstos nesta Lei, devidamente atualizados.

§ 2.º - O contribuinte excluído do parcelamento em razão do exposto no “caput” deste artigo só poderá proceder ao reparcelamento de seus tributos uma única vez.

§ 3.º - O contribuinte inadimplente com o reparcelamento de seus tributos por 90 (noventa) dias consecutivos ou mais, será excluído do reparcelamento sem direito a novo reparcelamento, o que acarretará a imediata exigibilidade do valor remanescente dos débitos consolidados, que só poderá ser pago a vista, com a incidência dos acréscimos previstos nesta Lei, devidamente atualizados.

Art. 4.º - Não há desconto para pagamento dos débitos à vista, por não haver Lei que conceda anistia ou remissão, e em decorrência da indisponibilidade da coisa pública.

§ ÚNICO - O pagamento à vista, no entanto, permite o pagamento do débito de um único exercício por vez, o que não ocasionará, em existindo ação de execução fiscal, a suspensão do processo, caso existam débitos de outros exercícios cobrados na mesma ação.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mormente a Lei 2532/2011.

Prefeitura Municipal de Mirandópolis, 17 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Diretoria de Administração e Pessoal, data supra.

MARIA INES MOLINA MARTINS BUZO
DIRETORA GERAL